

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DO PERÍODO DE 2016 A 2022

PUBLIC TRANSPARENCY IN BRAZIL: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF THE PERIOD FROM 2016 TO 2022

José Murilo Matias Hermínio

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
jose.murilo@academico.ufpb.br
<https://orcid.org/0000-0003-0732-8431>

Leandro Alves de Brito

Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), Brasil
leandro.brito@ifpb.edu.br
<https://orcid.org/0009-0005-9287-0648>

João Marcelo Alves Macêdo

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
joao.marcelo@academico.ufpb.br
<https://orcid.org/0000-0002-6313-1759>

Publicação: 16 09. 2025.

Centro Universitário UNA, Belo Horizonte - MG, Brasil.

Editora-chefe: Profa. Dra. Daniela Mateus de Vasconcelos

Este artigo encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:
<http://revistas.una.br/reuna>

Resumo

A transparência pública desempenha um papel crucial na promoção de uma sociedade democraticamente amadurecida, fomentando a participação nas decisões do governo e definindo os rumos e a satisfação dos anseios sociais. Este trabalho teve como objetivo analisar bibliometricamente as publicações sobre a Transparência Pública Brasileira no período de 2016 a 2022, utilizando o Portal de Periódicos CAPES como repositório, visto que ele representa a base das pesquisas científicas brasileiras. A amostra da pesquisa foi composta por 27 artigos, que foram estudados em profundidade e analisados nas dimensões bibliométrica, metodológica e substancial. A análise revelou que os portais de transparência dos órgãos públicos ainda não atendem completamente aos requisitos da Lei de Acesso à Informação (LAI). Além disso, constatou-se um progresso limitado e baixo investimento em ações inovadoras para promover a participação social por meio de ferramentas tecnológicas adequadas. As lacunas encontradas sugerem a necessidade de desenvolvimento de pesquisas para compreender e diagnosticar melhor a transparência pública em nível estadual e municipal. Por fim, sugere-se a realização de pesquisas empíricas em órgãos públicos que não tenham atingido índices adequados de transparência pública, e, com base nos resultados, propor mudanças para melhorar esses índices em benefício dos cidadãos.

Palavras-chave: Transparência; Democracia; Gestão pública.

Abstract

Public transparency plays a crucial role in promoting a democratically mature society, encouraging participation in government decisions, defining directions and satisfying social concerns. This work aimed to bibliometrically analyze publications on Brazilian public transparency in the period from 2016 to 2022, using the CAPES Periodicals Portal as a repository, since it represents the basis of Brazilian scientific research. The research sample consisted of 27 articles, which were studied and analyzed in biometric, methodological, and substantial dimensions. The analysis revealed that the transparency portals of public bodies still do not fully meet the requirements of the Law on Access to Information (LAI). In addition, there was limited progress and low investment in innovative actions to promote social participation through appropriate technological tools. The gaps found suggest the need for research to better understand and diagnose public transparency at the state and municipal levels. Finally, it is proposed that empirical research be carried out in public bodies that have not reached adequate levels of public transparency and, based on the results, propose changes to improve these rates for citizens.

Keywords: Transparency; Democracy; Public management;

1. Introdução

A origem da democracia remonta à Grécia antiga, esse regime de governo se fundamenta num governo que emana do povo, onde o povo escolhe o indivíduo ou grupo que governa, e que, em última análise, controla como ele governa (Ribeiro, 2001). Para que uma sociedade democrática não figure apenas com o verniz de democrática, a transparência pública é um conceito essencial a ser absorvido e praticado por todas as partes interessadas, governo com todas as suas instituições e a sociedade como um todo.

A transparência, nesse contexto, refere-se à abertura e acessibilidade das informações e processos administrativos, permitindo que os cidadãos tenham condições de conhecer as ações dos seus representantes e instituições públicas. No Brasil, a temática da transparência ganhou impulso com o processo de redemocratização do país. Com o fim do período ditatorial, o acesso à informação ganhou espaço, sendo incluído como um direito do cidadão na Constituição de 1988. Em seu texto, passam a figurar três mecanismos garantindo este direito, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 (Medeiros *et al.*, 2014).

No cerne da transparência pública está a necessidade de fornecer informações precisas e compreensíveis aos cidadãos. Quando os cidadãos têm acesso a informações claras eles podem entender melhor as decisões tomadas pelos governantes e participar mais ativamente do processo democrático. A relação natural entre transparência, democracia e participação social é condição, *Sine Qua Non* para o funcionamento saudável de uma sociedade. A transparência pública não apenas promove a responsabilização dos agentes governamentais, mas também permite que os cidadãos exerçam seus direitos e deveres como participantes ativos no processo de tomada de decisões. A informação transparente capacita os cidadãos a compreenderem as políticas públicas, expressarem suas opiniões e contribuir para o aprimoramento das ações governamentais (Zuccolotto; Teixeira, 2015).

No entanto, apesar da reconhecida importância da transparência em relação à coisa pública, existem muitos desafios a serem enfrentados. Barreiras como o insulamento burocrático, a resistência à mudança e a falta de capacidade institucional, principalmente ao nível estadual e municipal, podem prejudicar a implementação efetiva da transparência. Em estudo realizado por Abdala e Oliveira (2016) que buscou avaliar a funcionalidade dos portais de transparência dos estados, foi constatado que os portais de transparência dos estados continuam sendo espaços que se limitam ao cumprimento da legislação, dificultando a cultura da política participativa.

Diante desta temática tão importante para a sociedade, este artigo objetiva, com base nos critérios estabelecidos, fazer uma análise bibliométrica das publicações sobre a Transparência pública brasileira no período de 2016 a 2022, indicando os principais temas de interesse e as possíveis lacunas de pesquisa. Para isso, foi utilizado o Portal de Periódicos da CAPES, pois possuem várias revistas e periódicos nacionais e internacionais indexados, possibilitando a construção de uma base de dados relevantes para a construção desta pesquisa.

Portanto, esta pesquisa é justificada pela necessidade de compreender o estado da implementação dos processos de transparência pública, conforme abordado por diversos autores que estudaram o tema em níveis municipal, estadual e federal. Dessa forma, o estudo tem o potencial de contribuir para a teoria da transparência pública no Brasil, além de fornecer evidências aos gestores públicos sobre a importância da transparência, permitindo a adoção de uma gestão fundamentada no respeito aos cidadãos e aos princípios legais.

2. Fundamentação teórica

2.1 Transparência pública

As discussões sobre transparência começaram a ganhar expressão na gestão pública há mais ou menos meio século, com a adoção de práticas gerenciais de gestão pública na Inglaterra. No entanto, o conceito ganhou tração e engajamento social na última década do século XX, quando passou a integrar a agenda de governos por todo o mundo. Desde então, os países têm buscado promover o acesso às informações sobre a gestão pública (Reis *et al.*, 2015).

Ao debater o conceito de transparência Zuccolotto e Teixeira (2015) observam que a transparência é um conceito em construção ainda com significado fluido. Isso se dá em certa medida por seu uso relacionado a diferentes aspectos. Quando o conceito é aplicado ao campo da gestão Pública a transparência pode ser entendida como a gestão dos assuntos públicos para o público, neste contexto a transparência é o oposto de políticas obscuras, em que não se tem acesso às decisões, ao que elas representam, como são tomadas e o que se ganha ou se perde com ela (Birkinshaw, 2006; Black, 1997 apud Zuccolotto; Teixeira, 2015).

Do ponto de vista do acesso à informação, a transparência pode ser compreendida como uma iniciativa ativa para promoção de informações em sítio eletrônico sem obstáculos para o acesso da população, e como uma iniciativa passiva, quando um cidadão ou instituição solicita dados à Administração Pública. Essas informações podem ser caracterizadas em dois vieses de disponibilidade, a transparência opaca, que é quando as informações estão disponíveis para acesso, mas estão dispersas e com pouca compreensibilidade ou útil para reutilização; e a clara, que é a disponibilização de dados necessários, reutilizáveis, compatíveis e que

possibilita a geração de informações para o controle social, demonstrando como as decisões estatais são tomadas e quais são os atores responsáveis por elas (Mendieta, 2012; Cunha Filho, 2018).

Neste cenário, Hollyer *et al.* (2014) e Gandia *et al.* (2015) apontam para a transparência pública como um fluxo de informações entre governo e sociedade, que é criado pelo próprio governo, devendo fornecer informações que sejam compreensíveis e possíveis de interpretar. Assim, a transparência pública possui inúmeros benefícios para a sociedade, a saber, visão sobre as ações do governo, permitindo o controle social; criação de sendo de responsabilidade e acompanhamento; e, auditoria e fiscalização dos serviços oferecidos pela gestão pública (Flyverborn, 2016).

Gomes *et al.* (2018) sugerem que há transparência quando existe uma espécie de controle cognitivo externo de um ato, ou seja, uma compreensão adequada por meio de um volume considerável de dados, informações e conhecimentos. Neste sentido, Gomes e seus colegas complementam que a transparência só acontece quando os sujeitos envolvidos na realização de um ato público têm acesso à informação necessária para saberem que determinado ato foi praticado e os indivíduos envolvidos.

Além disso, o estudo de Gomes *et al.* (2018) aponta que para considerar o Estado como transparente, é necessário que seja levado em consideração três dimensões: (i) os assuntos e contexto sobre os quais as informações públicas são produzidas; (ii) a extensão e qualidade da informação pública; e, (iii) a quantidade de pessoas e instituições que a informação pode ser visualizada. Assim, considera-se que quanto mais extensa e clara a informação e quanto maior o número de pessoas a quem essa informação for disponibilizada, mais transparente será o ente governamental (Gomes *et al.*, 2018).

A transparência pública desempenha um papel crucial na promoção de uma democracia mais próxima da vontade do cidadão, cooperando para a construção de uma sociedade governativa e participativa. É por meio da transparência que os cidadãos podem exercer seus direitos, influenciar as decisões governamentais e contribuir para a construção de um Estado socialmente responsável.

2.2 Transparência, democracia e participação social

A abordagem normativista da transparência se associa à democracia deliberativa como um requisito indispensável para que o processo de tomada de decisões de um sistema político seja legítimo. Nesta abordagem, a transparência seria um mecanismo utilizado para manter a atuação de servidores públicos sob o controle social, tendo em vista que ela empodera o conjunto de cidadãos e estes são considerados os verdadeiros titulares do poder político. Dessa forma, a transparência por viabilizar um fluxo de informações sobre os atos públicos exerce um papel central na concepção de uma democracia deliberativa e na prestação de contas (Cunha Filho, 2018).

Diante deste cenário, a participação social é fomentada pelo acesso à informação, garantido pela Lei de Acesso à Informação (LAI). O acesso à informação é um direito humano fundamental que deve ser garantido e facilitado pelos órgãos públicos (Controladoria Geral da União, 2013). O estudo de Silva (2015, p. 61) salienta que o acesso à informação é a condição básica para se criar um Estado democrático,

fortalecendo os direitos dos cidadãos. O autor aponta que, ao ter informações disponíveis, o cidadão desenvolve um senso crítico e responsabilidade sobre o seu papel enquanto cidadão, contribuindo para o crescimento da sociedade e lutando para que seus direitos sejam concedidos pelo Estado (Silva, 2015).

3. Método

A produção científica sobre o tema proposto tem aumentado exponencialmente nas últimas décadas, um exemplo deste fato é que ao pesquisarmos os termos “transparência na administração pública” no Google Acadêmico, temos como resultado 27.000 publicações.

Diante de tantas informações científicas publicadas, os pesquisadores podem encontrar dificuldades para filtrar as informações mais relevantes e identificar a agenda de pesquisa em uma determinada área. A análise bibliométrica se apresenta como uma opção para esse tratamento de dados, pois é um método para explorar e analisar grandes volumes de dados científicos. Ele permite o desvendar das nuances do crescimento de um campo específico e suas publicações mais relevantes, ao mesmo tempo, em que lança luz sobre as áreas inexploradas numa determinada área, também indica assuntos, que estão saturados como seara de pesquisa.

O termo bibliometria foi proposto por Pritchard no final da década de 1960, fruto da insatisfação com o termo bibliografia estatística usado até então para descrever a aplicação de métodos estatísticos e matemáticos na análise de obras literárias. Na visão deste autor, o termo era “desajeitado, pouco descritivo e pode ser confundido com a própria estatística ou bibliografias sobre estatística” (Pritchard, 1969, p. 348–349).

A bibliometria é um método de pesquisa que possibilita encontrar uma quantidade restrita de publicações científicas essenciais que pressupõe possuir os artigos mais relevantes publicados sobre um determinado assunto (Cunha, 1985). Aplicando-se essa metodologia ao estudo em tela, foi traçado como para essa pesquisa delinear um panorama da produção científica da temática transparência pública brasileira no período de 2016 a 2022.

Como estratégia para a elaboração desta revisão bibliométrica de literatura sobre transparência pública brasileira, utilizou-se a seguinte sequência de passos, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Etapas do estudo

ORD	ETAPAS	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Escolha do banco de dados	Optou-se pelo banco de dados da plataforma CAPES, pois esse portal abarca várias bases de dados importantes.
2	Escolha das palavras-chave e período de pesquisa	A busca no portal de periódicos CAPES abrangeu os anos de 2016 a 2022. Como palavra-chave utilizaram-se os termos “Transparência pública” AND “Brasil” e “Transparência pública brasileira”. A busca realizada com tal palavra-chave ocorreu em: títulos, resumo (<i>abstract</i>), palavra-chave (<i>keywords</i>). Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: Artigos publicados no Brasil, publicados no período de 2016 a 2022, revisado por pares e de acesso aberto. Como critérios de exclusão, foram desprezados estudos de revisões sistemáticas, revisões bibliométricas e metanálises.
3	Busca pelos artigos utilizando os descritores e	A pesquisa com o descritor “transparência pública AND Brasil”, retornou 51 artigos. Já com o descritor “Transparência pública brasileira” retornou apenas 1.

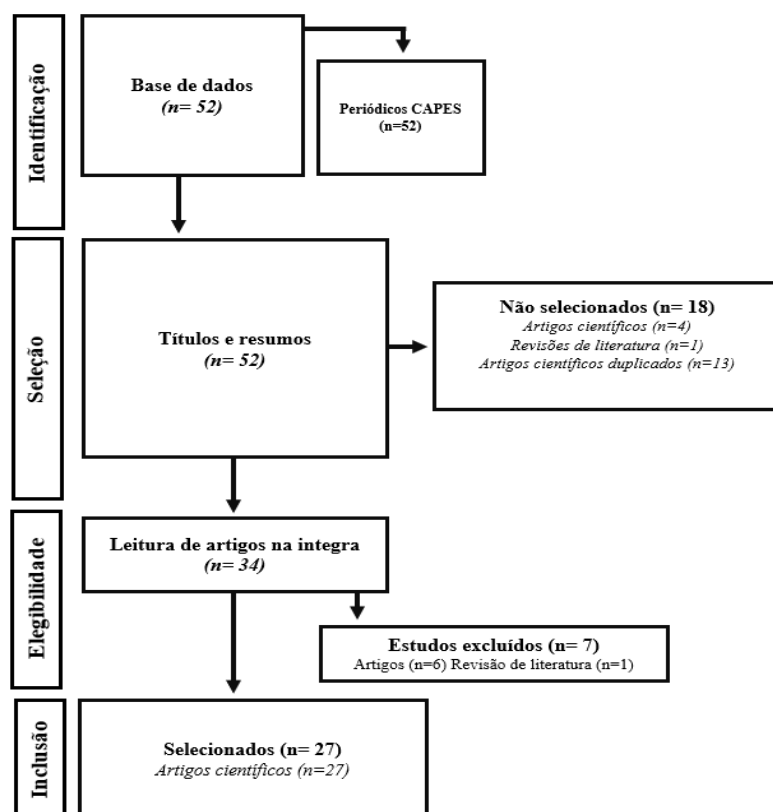
	critérios estabelecidos.	
4	Análise dos periódicos	Os artigos selecionados foram filtrados pelo <i>Easybib</i> para a juntada das referências com o intuito de facilitar o trabalho de verificação de artigos duplicados. Após a exclusão dos artigos duplicados, passou-se a realizar a leitura dos títulos e excluir os artigos que não estavam de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, o que resultou em 34 artigos para leitura na íntegra, desse processo que, com a exclusão de 7 estudos restaram 27 artigos na amostra.
5	Análise em profundidade	Os 27 artigos selecionados foram estudados em profundidade. Como as seguintes dimensões analisadas: bibliométrica, metodológica e substancial.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No ano de 2023, foram realizadas buscas de estudos no Periódico CAPES. Os termos utilizados para a busca dos estudos foram em português, sendo eles: “Transparência pública” AND Brasil e “Transparência pública brasileira”, cabe salientar a utilização do operador *booleano* “AND”. Foram selecionados apenas artigos revisados por pares, com acesso aberto e indexados nas principais bases de estudos, totalizando 51 artigos encontrados. Em termos de critérios de inclusão e exclusão para a seleção de literatura, foram incluídos artigos publicados em periódicos revisados por pares (*peer-review*) publicados em inglês, entre 2016 e 2022.

Em seguida, as referências dos artigos foram juntadas pela plataforma *EasyBib* facilitando o processo de verificação de artigos. Nesta etapa, foi verificado o título dos estudos para verificar se tinham relação com a temática abordada, além de identificar os artigos duplicados e não relacionados à transparência pública brasileira, passando a ser excluídos, resultando em 34 estudos.

Em seguida, os artigos resultantes de exclusão foram submetidos à leitura e análise completas, em que foram excluídos 7 artigos cujo conteúdo não se adequava ao que este estudo se propôs a analisar. A triagem final resultou em 27 artigos, e que posteriormente foram utilizados nesta revisão.

Figura 1 - Diagrama de seleção dos estudos

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Após a seleção dos artigos a serem utilizados neste estudo, foram definidas as variáveis de categorização que foram utilizadas para a realização da análise descritiva dos resultados. No primeiro momento, foi categorizada em termos de dimensão bibliométrica, assim, as categorias foram: ano de publicação, número de citações por estudo, quantidade de artigos publicados por Estado/Região (de acordo com a vinculação dos autores) e por fim, a revista/periódico que o estudo foi publicado. No segundo momento, foram categorizados os artigos segundo a metodologia utilizada. Em seguida, para uma análise substancial, os estudos foram categorizados de acordo com o objetivo do estudo.

Na seção a seguir, são apresentados os dados descritivos dos estudos revisados e a análise em termos de dimensão bibliométrica, metodológica e substancial, seguindo as sugestões apontadas por Alves *et al.* (2022).

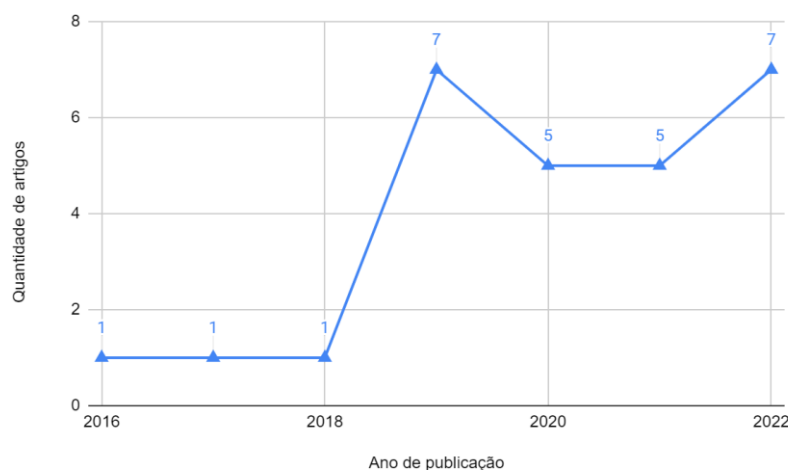
4. Análise e discussão dos dados

Esta seção fornece uma análise de profundidade dos artigos selecionados após os procedimentos de exclusão. Para isso, os dados foram organizados e tratados em planilha de dados do SPSS Versão 25 e Planilhas do Google. Dessa forma, a seguir são realizadas análises relacionadas as dimensões bibliométricas, metodológicas e substanciais.

Dimensão Bibliométrica

Em relação ao ano de publicação, levando em consideração o recorte temporal escolhido (2016 a 2022), tendo em vista que os resultados encontrados nas bases citadas anteriormente apontaram para artigos de 2016 em diante. No entanto, observa-se um crescente número de artigos publicados sobre a transparência pública brasileira no ano de 2019, mantendo constância até o ano de 2022 (Figura 2).

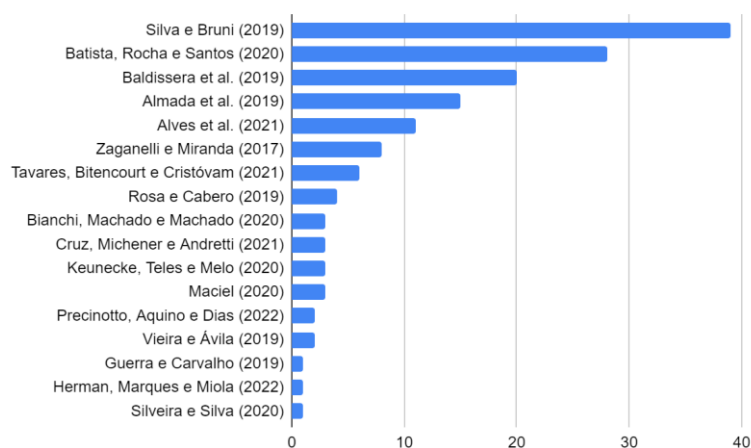
Figura 2 - Quantidade de artigos publicados por ano



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Ao analisarmos a quantidade de citações dos artigos de nossa base, o trabalho que obteve maior destaque em termos de vezes que foi citado por outros estudos foi o de autoria de Silva e Bruni (2019), intitulado de: “Variáveis Socioeconômicas Determinantes Para a Transparência Pública Passiva Nos Municípios Brasileiros” com 39 citações, em seguida foi o artigo com autoria de Batista, Rocha e Santos (2020) intitulado de: “Transparência, Corrupção e Má Gestão: Uma Análise Dos Municípios Brasileiros” com 28 citações. Este número considerável de citações pode ser relacionado aos artigos terem sido publicados na Revista de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, indexada em 35 bases de estudos, sendo nacionais e internacionais. Na figura 3 podem ser visualizados os artigos que tiveram ao menos 1 citação.

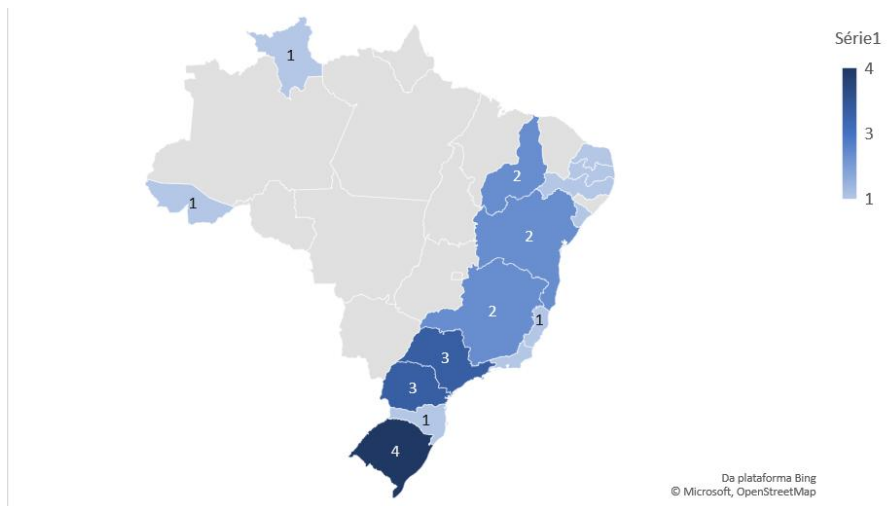
Figura 3 - Número de citações dos estudos



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A distribuição geográfica dos 27 artigos é focada no Nordeste brasileiro, tendo um total de 10 publicações, com percentual de 37% das publicações. Os achados apontaram para estudos na Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, Piauí e Sergipe. Os demais estão concentrados na região Sul (8 estudos), sudeste (7 estudos) e norte (2 estudos), não retornaram resultados apontando para estudos na região Centro-Oeste do Brasil (Figura 4).

Figura 4 - Artigos publicados por região geográfica



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Conforme o quadro 2 evidencia, a publicação dos artigos ocorreu em vinte e dois (22) diferentes periódicos, contudo, os periódicos que possuem mais artigos vinculados foi a: Revista de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (Qualis A2) com 4 artigos, e a Revista Desenvolvimento em Questão vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul–UNIJUÍ (Qualis A4) com 2 artigos. Percebe-se a predominância da Revista de Administração Pública e que a grande área de interesse de todos foi relacionada às Ciências Sociais Aplicadas, mais especificamente à Administração Pública.

Quadro 2 – Revistas e Periódicos

REVISTA/PERIÓDICO	ESTUDOS
Archeion	Santos e França (2019)
Cadernos EBAPE.BR	Alves <i>et al.</i> (2021)
Desenvolvimento em questão	Araújo, Lopes e Dias (2021) e Bianchi, Machado e Machado (2020)
eCompós	Comel e Marques (2022)
InCID	Diniz e Dias (2022)
Liinc em Revista	Maciel (2020)
Matrizes	Almada <i>et al.</i> (2019)
Novos Estudos Jurídicos	Tavares, Bitencourt e Cristóvam (2021)
Opinião pública	Herman, Marques e Miola (2022)
Páginas a&b	Rosa e Cabero (2019)
Perspectivas	Morais e Bonfin (2016)
Revista Ambiente & Sociedade	Verdasca e Ranieri (2021)
Revista Brasileira de Políticas Públicas	Zaganelli e Miranda (2017)
Revista Contabilidade e Controladoria	Vieira e Ávila (2019)

Revista da faculdade de Direito UFPR	Silveira e Silva (2020)
Revista de Administração Pública	Batista, Rocha e Santos (2020); Cruz, Michener e Andretti (2021); Precinotto, Aquino e Dias (2022) e Silva e Bruni (2019)
Revista Expectativa	Ramos, Mendes e Anjo (2022)
Revista GUAL	Keunecke, Teles e Melo (2020)
Revista Ibérica de Sistemas e tecnologias de informação	Reckziegel <i>et al.</i> (2022)
Revista Meta: Avaliação	Cardoso <i>et al.</i> (2018)
Scientia Plena	Teles, Santana e Silva (2022)
Sociedade, Contabilidade e Gestão	Baldissera <i>et al.</i> (2019)
Textos & Debates	Guerra e Carvalho (2019)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

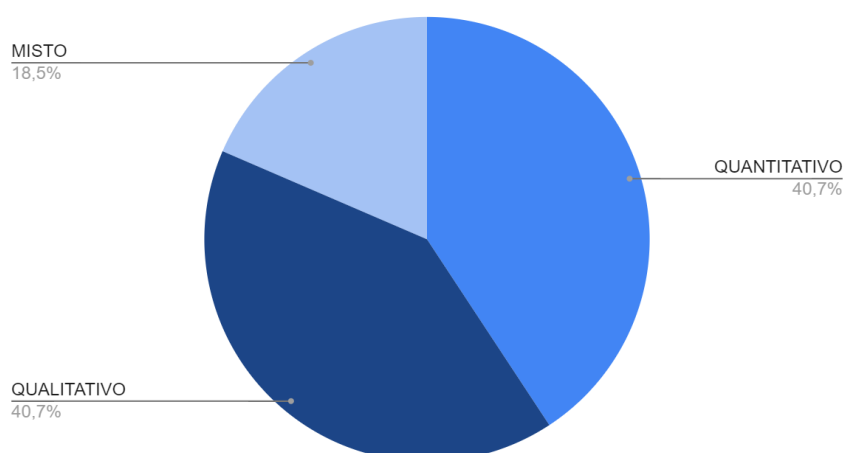
Frisa-se que a verificação das métricas foi importante para conhecer os principais periódicos que contêm publicação sobre o tema da presente pesquisa e sobre temas correlatos.

Em relação aos idiomas dos textos, apesar de a busca ter sido somente de artigos em português, a busca resultou em um artigo publicado disponibilizado em inglês, intitulado “*What factors influence the quality of local governments digital transparency? Evidence from the Brazilian case*”, com a publicação na Revista de Opinião Pública.

Dimensão metodológica

Após explorar o conjunto de trabalhos selecionados em relação aos periódicos e à quantidade de citações, busca-se entender o tipo de abordagem encontrada. Em relação à metodologia, tanto a qualitativa quanto a quantitativa foram utilizadas na mesma proporção no conjunto dos trabalhos selecionados, apresentando um total de 11 estudos (40,7%). Cada metodologia foi a mais usada pelos estudos, totalizando oito (52,9%). Já a abordagem mista foi escolhida apenas por cinco (18,5%), conforme demonstrado na Figura 6. Os cinco estudos que escolheram usar ambas as abordagens no seu desenvolvimento foram os estudos de Diniz e Dias (2022), Cruz *et al.* (2021), Verdasca e Ranieri (2021), Comel e Marques (2022) e Keunecke *et al.* (2020), publicados durante os anos de 2020 a 2022.

Figura 5 - Artigos publicados por região geográfica



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

O estudo de Diniz e Dias (2022) intitulado de *“Análise da representação da informação por meio de metadados: estudo comparativo do padrão de metadados do governo federal em portal de dados abertos de uma Instituição Federal.”* foi utilizado a metodologia qualitativa por meio de análise de conteúdo dos metadados e estudo de caso. Já a metodologia quantitativa foi utilizada para realizar uma análise descritiva dos conjuntos de dados.

O estudo de Cruz *et al.* (2021) intitulado de *“Transparência interna: cumprimento e punição no processo orçamentário municipal brasileiro”* utilizou a metodologia quantitativa para estimar quantitativamente o valor das transferências como um fator associado ao maior cumprimento de requisitos de transparência interna dos municípios. Na metodologia qualitativa, foi utilizado o *process tracing* para analisar custos de longo prazo e entrevistas para ilustrar o processo de transparência.

O estudo de Verdasca e Ranieri (2021) intitulado de *“Benefícios e barreiras da transparência pública nos dados do Cadastro Ambiental Rural”* utilizou a abordagem qualitativa ao realizar uma revisão bibliográfica e utilizar procedimentos de Análise de Conteúdo com intuito de obter resultados com benefícios e problemas associados a transparência pública. Em seguida, utilizou procedimentos de uma abordagem quantitativa para analisar os questionários elaborados na etapa anterior e aplicados às partes interessadas no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O estudo de Comel e Marques (2022) intitulado de *“Transparência on-line e comunicação pública no âmbito municipal examinando ferramentas digitais de controle público”* utilizou a abordagem qualitativa para compreender o inventário e avaliação de ferramentas disponibilizadas nos sítios eletrônicos. A abordagem quantitativa foi utilizada para avaliar os elementos que superam as exigências legais nos sites, utilizando uma escala de 0 (para ausência) a 1 (para cumprimento).

Por fim, o estudo de Keunecke *et al.* (2020) intitulado de *“Práticas de accountability: transparência e prestação de contas nas instituições públicas de ensino superior da Região Sul do Brasil”* utilizaram abordagem quantitativa por utilizar métricas que realizou o ranqueamento destas instituições e a abordagem qualitativa, para apontar a interação de variáveis, por meio da análise dos dados primários coletados.

De forma geral, os estudos analisados se concentraram em pesquisas empíricas (21) representando um percentual de 77,8% da base de dados, enquanto os demais foram pesquisas teóricas (6) analisando as legislações, democracia digital e ferramentas relacionadas à transparência pública, representando um percentual de 22,2%.

Dimensão substancial

Nesta seção, serão discutidos os 27 estudos selecionados para a amostra final. Esta discussão será realizada de acordo com o objetivo que os estudos se propuseram analisar, realizando algumas categorias e agrupando-os em: Portais da transparência; Democracia e Governança digital; Informações disponibilizadas; Ferramentas e mecanismos; Transparência interna, legislações e variáveis sociodemográficas. Considerando os estudos, a Figura 6 demonstra as palavras-chave utilizadas na amostra.

Figura 6 – Principais palavras-chaves dos estudos selecionados

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

As palavras-chave que mais receberam destaque foram Transparência Pública e Transparência (08), seguindo da Lei de acesso à informação (06), Controle social e Acesso à informação (04) e Accountability (02). A predominância do termo “Transparência Pública” e “Transparência” é justificada diante do foco principal da pesquisa. Percebe-se que a transparência pública está diretamente interligada a termos relacionados ao acesso à informação, participação social e prestação de contas.

Nos subtópicos a seguir serão analisadas as publicações conforme as categorias citadas anteriormente.

Pesquisas relacionadas aos Portais de Transparência

Os portais de transparência foram foco em nove estudos selecionados. Estes estudos propuseram analisar os portais de transparência nas esferas municipais, estaduais e federais, sendo em órgãos do poder executivo ou autarquias. Diante deste cenário, os estudos de Alves *et al.* (2021), Cardoso *et al.* (2018), Santos e França (2019) e Comel e Marques (2022) tiveram como objetivo principal analisar os portais de transparência de municípios. O estudo de Alves *et al.* (2021) utilizou um modelo adaptado da Avaliação de Transparência Ativa para Entes Públicos, desenvolvida pelo Programa de Transparência Pública da Fundação Getúlio Vargas, criando um ranking dos municípios do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, aponta-se haver níveis muito baixos de transparência ativa nos municípios mineiros, sugerindo que há alguns fatores que possam contribuir para tal fenômeno, como filiação partidária, efeito vizinhança, associativismo e capacidade burocrática (Alves *et al.*, 2021).

Cardoso *et al.* (2018) analisou os portais de transparência dos maiores municípios brasileiros, de acordo com o modelo de avaliação da transparência da gestão pública proposto por Lyrio (2016), concluindo que os municípios de Porto Alegre - RS, Codó - MA e Balneário Camboriú - SC obtiveram as maiores pontuações, enquanto Sapucaia do Sul - RS, Camaragibe - PE e Barra Mansa - RJ foram os piores do ranking, sugerindo que de forma geral os gestores públicos necessitam dar atenção a adesão dos normativos brasileiros que dispõem sobre o acesso à informação. Santos e França (2019) utilizaram uma metodologia qualitativa para analisar o portal de transparência da cidade de Bananeiras - PB, através de um *checklist* de usabilidade ela concluiu que o portal da transparência do município supracitado está

de acordo com os critérios da Lei de Acesso à Informação e com a cartilha de usabilidade.

Comel e Marques (2022) ao analisar 21 municípios considerados metrópole, capital regional ou centro urbano principal em estados da Região Sul do país, constataram que 15 apresentam transparência em grau moderado, enquanto 5 apresentam transparência significativa e 1 apresentou transparência fraca.

Os estudos de Araújo *et al.* (2021) e Bianchi *et al.* (2020) tiveram o foco em analisar os portais de transferência em esfera estadual. O primeiro analisou a transparência pública praticada pelos Conselhos de Fiscalização Profissional do Nordeste do Brasil (Ordem de Advogados do Brasil, Conselho Profissional de Administração, de Contabilidade e de Economia) à luz da Lei de Acesso à Informação, foi constatado que apenas o Conselho de Contabilidade tem um desempenho adequado em atendimento à transparência pública. O segundo estudo também analisou o grau de aderência à Lei de Acesso à Informação dos portais eletrônicos, mas o foco foi nas empresas estatais de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, seguindo o modelo proposto por Dias (2016) e analisando indicadores relacionados a publicidade, compreensibilidade e utilidade da informação, concluindo que as empresas possuem um médio grau de aderência, entre 60% à 80%.

Em relação à esfera federal, somente dois artigos se propuseram a analisar os portais de transparência em cenário federal (Poder Executivo Federal e a Presidência da República). O primeiro foi Silveira e Silva (2020), que analisam o cenário nacional de aplicação do direito fundamental da Lei de Acesso à Informação Pública, apontando que há inconsistências na implementação da legislação supracitada. Os autores propõem a criação de procedimentos objetivos, transparentes e de fácil assimilação, como a padronização dos portais e maior concentração de dados nos próprios sites do Poder Executivo e Presidência da República. Enquanto o estudo de Reckziegel *et al.* (2022) buscou analisar os níveis de evidenciação dos dados abertos governamentais em instituições federais de ensino superior a partir de um estudo quantitativo com uma amostra de 30 instituições, concluindo que apenas 16,77% estão com dados altamente abertos.

O artigo restante propôs realizar análises nas três esferas (Federal, Municipal e Estadual). O estudo de Keunecke, Teles e Melo (2020) analisa a transparência dos portais eletrônicos das instituições públicas de ensino superior da região sul do Brasil, sendo instituições federais, estaduais, municipais e institutos federais. Os achados apontaram que, em termos de disponibilização das informações públicas, as instituições públicas do sul do Brasil apresentam baixo nível de transparência, sendo incapazes de dar pleno atendimento à Lei de Acesso à Informação e promover a transparência de suas contas.

Dessa forma, ao analisar todos os artigos que propuseram analisar a adequação dos portais da transparência em consonância com a Lei de Acesso à Informação, revela-se que os órgãos públicos independentes da esfera ainda não conseguem se adequar aos normativos e critérios exigidos.

Pesquisas relacionadas às informações disponibilizadas

A transparência das informações disponibilizadas por órgãos públicos também foi elencada com frequência, cinco estudos buscaram analisar a qualidade, paradoxos, utilidade, conjunto de dados disponibilizados e os seus benefícios e riscos.

Dessa forma, seis artigos buscaram entender este fenômeno. Baldissera *et al.* (2019), Precinotto *et al.* (2022), Ramos *et al.* (2022) e Teles *et al.* (2022) buscaram compreender a esfera municipal. O primeiro analisou percepção sobre a qualidade, utilidade e suficiência das informações divulgadas pela gestão municipal onde possuem observatórios sociais, com uma amostra de 38 respondentes, identificaram que a qualidade das informações divulgadas pelos entes públicos não atende aos objetivos da Lei de Acesso à Informação. Essa constatação denota que não atende às qualidades necessárias, como tempestividade, formato e uniformidade, assim como não possui informações suficientes para o controle social.

O estudo de Precinotto *et al.* (2022) analisa os paradoxos relacionados à transparência da folha de pagamento em municípios com coleta de dados por meio de entrevistas com prefeituras, sindicatos, empresas de software, tribunais de conta, organizações sociais e jornalistas. Ramos *et al.* (2022) analisam a transparência das informações divulgadas nos portais eletrônicos das cidades da macrorregião Vale do Guaribas do estado do Piauí, com uma abordagem qualitativa, utilizando os indicadores de conformidade da Lei de Acesso à Informação. Esse estudo concluiu que nenhum dos municípios da macrorregião aplicou a Lei de forma plena (Ramos *et al.*, 2022), e assim como Cardoso *et al.* (2018) sugeriram, os municípios dessa região necessitam dar atenção à adesão dos normativos brasileiros que dispõem sobre o acesso à informação.

Neste cenário, o estudo de Teles *et al.* (2022) analisa a transparência relacionada às informações disponibilizadas pelos municípios de Sergipe em torno das contratações emergenciais da COVID-19. Os autores utilizaram um índice baseado nas orientações da organização Transparência Internacional Brasil, concluindo que os municípios possuem uma transparência opaca, ou seja, possuem portais de transparência, mas falta qualidade nas informações disponibilizadas e uma baixa adesão à transparência passiva.

Diniz e Dias (2022) e Verdasca e Ranieri (2021) analisaram o fenômeno em esfera federal. O primeiro analisou o conjunto de dados abertos disponibilizado pela UFRN de acordo com o padrão de Metadados do Governo Federal. Estes metadados estão relacionados a título, criador, data, assunto e publicador das informações da instituição. Os achados apontaram para a utilização da maioria dos metadados obrigatórios, contudo, alguns são expostos de forma generalizada, se resumindo ao nome UFRN, impossibilitando de rastrear os órgãos e servidores que são responsáveis por determinada publicação. Verdasca e Ranieri (2022) analisam os dados federais de maneira direcionada ao Cadastro Ambiental Rural com intuito de entender os benefícios e riscos das informações disponibilizadas, os autores sugerem que os benefícios estão relacionados a efetividade dos esforços para conservação de terras privadas, contudo os riscos estão relacionados ao uso inapropriado dos dados disponibilizados.

Pesquisas relacionadas a Democracia e Governança Digital

Os três estudos desta seção são pesquisas teóricas que buscam refletir sobre o progresso relacionado à transparência, participação social e governança digital, além de elencar contribuições legais trazidas pela Lei Geral de Dados para

concretização do controle social. Maciel (2020) relata que apesar de haver um considerável progresso em torno da disponibilização de informações públicas e sua contribuição para a participação social, ainda há muitas irregularidades nas três esferas de poder, como informações fornecidas em formatos inadequados e em padrões não abertos, ou seja, são classificados como documentos sigilosos.

Neste cenário, Tavares, Bitencourt e Cristovám (2021) aponta que a Lei Geral de Dados contribuiu para o avanço da transparência pública e promoção do controle social, tendo em vista as maiores regulamentações relacionadas à transparência pública ativa e à abertura de dados governamentais, assim como a implementação do governo digital como plataforma para o controle social. Almada *et al.* (2019) revelam que, durante os anos, houve pouco ou nenhum avanço e um baixo investimento em ações inovadoras para promoção de participação social por meio de ferramentas mais adequadas ao atual momento de evolução tecnológica.

Pesquisas relacionadas a ferramentas e mecanismos para transparência

Na amostra estudada, quatro estudos apontaram a transparência como uma ferramenta para o exercício da cidadania, além de instrumentos de transparência para a promoção do controle social. Guerra e Carvalho (2019) em um estudo teórico aponta que a transparência de informações permite ao cidadão ter condições para conhecer e interpretar dados públicos, tornando-os conscientes e críticos para fiscalizar e controlar ações dos gestores públicos. Dessa forma, os autores evidenciam a transparência como uma ferramenta indispensável para o exercício da cidadania através do controle social da administração pública (Guerra e Carvalho, 2019). Por outro lado, Zaganelli e Miranda (2017) buscam analisar a efetividade do *compliance* (mecanismos e procedimentos internos de integridade e auditoria) como um instrumento de transparência para promover o controle social. Os autores evidenciam que o *compliance* público é uma alternativa para a efetividade de medidas de acesso às informações para o exercício do controle social, tendo em vista a utilização de características relacionadas à transparência, integridade e *accountability* (Zaganelli e Miranda, 2017).

Enquanto isso, Moraes e Bonfim (2016), a partir de um estudo teórico, aponta que a transparência é um mecanismo essencial para a *accountability*, salientando que à medida que há uma prestação de contas e divulgação de informações, há um melhor funcionamento dos sistemas que integram o Estado. O estudo empírico de Batista, Rocha e Santos (2020) corrobora com os achados dos estudos anteriores quando aponta que a adesão dos municípios à Lei de Acesso à Informação é reduzida, mas aponta que ainda não há evidências de que a transparência é um instrumento para uma melhor *performance* governamental.

Os resultados dos estudos apontam que há diversos cenários em que algumas ferramentas contribuem para a efetividade da transparência como mecanismo para o controle social, contudo, há poucas evidências de que ela contribui para a *performance* governamental.

Pesquisas relacionadas à Transparência interna, legislações e variáveis sociodemográficas

Os demais estudos da nossa amostra (cinco estudos) abordam o campo de estudo relacionando a transparência interna, legislações e variáveis sociodemográficas. Assim, o estudo teórico de Rosa e Cabero (2019) propõe apresentar as legislações brasileiras voltadas ao acesso à informação e à transparência pública. Os achados deste estudo revelam que houve uma evolução das previsões legais de acesso e sigilo informacional.

Relacionado à transparência interna, o estudo de Cruz et al. (2021) analisa os custos de curto e longo prazo do não cumprimento de requisitos de transparência interna, vinculados aos orçamentos municipais em geral e aos da educação em particular. Os achados do estudo apontam para um cenário em que os municípios que recebem mais transferências voluntárias têm maior probabilidade de atender aos requisitos de transferência interna (Cruz *et al.*, 2021). Contudo, os custos de não cumprir são baixos e facilmente reversíveis a curto prazo, enquanto a longo prazo os prefeitos podem enfrentar consequências mais severas, como a possibilidade de serem futuramente impedidos de exercer seus cargos.

Os estudos de Silva e Bruni (2019), Vieira e Ávila (2019) e Herman *et al.* (2022) se relacionam por analisarem o nível de transparência e variáveis socioeconômicas. O primeiro apresenta variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva em 1133 municípios brasileiros a partir da Escala Brasil Transparente (EBT), evidenciando que metade da amostra não atingiu nota 1 em uma escala de 10 pontos e que as variáveis que possuem um relacionamento significativo com a escala é a escolaridade da população e a receita per capita.

Vieira e Ávila (2019) em uma amostra de 4289 municípios constatou que os municípios que possuem maiores indicadores socioeconômicos, fiscais e de gestão apresentam maior transparência pública, sendo constatada estaticamente essa dependência. Contudo, outras variáveis como aspectos políticos e participação da sociedade devem ser levadas em consideração para análise de transparência no contexto brasileiro. No mesmo sentido, os achados de Herman *et al.* (2022) evidenciam que existe uma correlação positiva entre a qualidade dos portais de transparência municipais e variáveis sociodemográficas, como tamanho e escolaridade da população.

5. Considerações finais

Esta revisão de literatura se propôs a analisar o panorama de publicações sobre a transparência pública no Brasil em um recorte temporal de 2016 a 2022. Dessa forma, foi possível atingir o objetivo proposto. A pesquisa inicial resultou em 52 estudos, após aplicação de filtros e critérios de exclusão. Assim, 34 artigos permaneceram para leitura completa, sendo excluídos 7 artigos que não se adequam ao objetivo proposto por esta revisão. Após isso, resultaram 16 artigos para análise completa.

Neste recorte temporal, foi possível perceber um número expressivo de artigos publicados em 2019 e 2022, com artigos que se concentraram em analisar os portais de transparência de municípios e verificar as informações disponibilizadas. Para

alcançar o objetivo de suas pesquisas, os autores utilizaram diversos métodos, como checklist de usabilidade e índices de transparência pública, criados por instituições reconhecidas nacionalmente.

Os achados da análise de dimensão substancial evidenciaram que os portais de transparência dos órgãos públicos independentes da esfera ainda não conseguem se adequar aos normativos e critérios exigidos pela Lei de Acesso à Informação. Como também apontam o pouco ou nenhum avanço e um baixo investimento em ações inovadoras para promoção de participação social por meio de ferramentas mais adequadas ao atual momento de evolução tecnológica, necessitando de mais esforços para oferecer informações claras e acessíveis para os cidadãos poderem exercer um controle social.

Dessa forma, do ponto de vista teórico, esta revisão bibliométrica contribui para o desenvolvimento de pesquisas para compreender o fenômeno da transparência pública. Os achados contribuem para o desenvolvimento de pesquisas que analisem a transparência pública em outros municípios e estados. Enquanto, do ponto de vista prático, os resultados oferecem caminhos para os gestores públicos conseguirem efetivar a promoção da informação em seus órgãos públicos.

Em relação às limitações deste estudo, aponta-se para ainda que o repositório Periódicos CAPES seja uma biblioteca virtual que indexa um alto número de periódicos, acredita-se que a utilização de uma única fonte de dados se apresenta como fator limitante. Uma vez que, mesmo sendo a base escolhida, esta pode não abrigar todos os artigos relacionados ao tema da revisão bibliométrica. Desse modo, com base nesta restrição, sugere-se para estudos futuros a utilização de diversas bases de dados, replicando os procedimentos de busca aqui realizados, buscando abranger o maior número possível de artigos sobre esta temática.

Além disso, para estudos futuros, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas que apliquem a metodologia utilizada nos artigos analisados em outros locais com o intuito de promover um cenário nacional sobre a transparência pública. Além disso, pode ser levada em consideração a realização de um experimento em determinado órgão público que não tenha atingido índices adequados de transparência pública, propondo mudanças para melhorar o cenário e posteriormente analisando para verificar se o índice foi alterado.

Referências

ABDALA, P. R. Z.; OLIVEIRA, C. M. S. A transparência como espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 3, p. 147-158, 2016.

ALVES, E.; FIGUEIREDO, D.; AMARAL, A.; FREITAS, J.; SANTOS, H. Como fazer uma revisão sistemática da literatura? Um guia prático em governança marinha. In: FERNANDES, I. F.; SENHORAS, E. M. (org.). **Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências**. Brasília: Editora IOLE, 2022.

ALMADA, M. P.; GOMES, W.; CARREIRO, R.; BARROS, S. Democracia digital no Brasil: obrigação legal, pressão política e viabilidade tecnológica. **MATRIZES**, v. 13, n. 3, p. 161-181, 2019.

ALVES, J. F.; MIRANDA, A. R. A.; TEIXEIRA, M. A. C.; SOUZA, P. R. R. D. Ranking de transparência ativa de municípios do Estado de Minas Gerais: avaliação à luz da Lei de Acesso à Informação. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, p. 564-581, 2021.

ARAÚJO, R. M.; LOPES, A. B. O.; DIAS, T. F. Transparência pública: análise de portais de conselhos de fiscalização profissional no Nordeste brasileiro. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n. 58, e12040, 2022.

BALDISSERA, J. F.; WALTER, S. A.; FIIRST, C.; ASTA, D. D. A percepção dos observatórios sociais sobre a qualidade, utilidade e suficiência da transparência pública dos municípios brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 14, n. 1, p. 113-134, 2019.

BATISTA, M.; ROCHA, V.; SANTOS, J. L. A. D. Transparência, corrupção e má gestão: uma análise dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1382-1401, 2020.

BIANCHI, M.; MACHADO, S. R.; MACHADO, V. N. Grau de transparência pública nas empresas estatais do sul do Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 51, p. 129-146, 2020.

CARDOSO, L. L.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S.; CARDOSO, T. L.; COSTA, C. B. Transparência pública: análise em portais de transparência do Poder Executivo Municipal do Brasil. **Meta: Avaliação**, v. 10, n. 29, 2018.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). *Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios*. Brasília: CGU, 2013.

COMEL, N.; MARQUES, F. P. J. Transparência online e comunicação pública no âmbito municipal: examinando ferramentas digitais de controle público. **E-Compós**, v. 25, nov. 2022.

CRUZ, T.; MICHENER, G.; ANDRETTI, B. Transparência interna: cumprimento e punição no processo orçamentário municipal brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 55, p. 357-377, 2021.

CUNHA FILHO, M. C. O que sabemos sobre transparência pública? Uma revisão bibliográfica das abordagens normativa, conceitualista e empírica. **Revista da CGU**, v. 10, n. 16, p. 20-20, 2018.

DINIZ, B. C.; DIAS, G. A. Análise da representação da informação por meio de metadados: estudo comparativo do padrão de metadados do Governo Federal em portal de dados abertos de uma instituição federal. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 13, n. 2, p. 182-199, 2022.

FLYVERBOM, M. Digital age| transparency: mediation and the management of visibilities. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 13, 2016.

GANDÍA, J. L.; MARRAHÍ, L.; HUGUET, D. Digital transparency and Web 2.0 in Spanish city councils. **Government Information Quarterly**, v. 33, n. 1, p. 28-39, 2016.

GOMES, W.; AMORIM, P. K. F.; ALMADA, M. P. Novos desafios para a ideia de transparência pública. **E-Compós**, v. 21, n. 2, abr. 2018.

GUERRA, M. D. G. G. V.; CARVALHO, K. D. A. G. Controle social como exercício da cidadania no combate à corrupção. **Textos e Debates**, v. 1, n. 32, 2019.

HERMAN, F.; MARQUES, F. P. J.; MIOLA, E. What factors influence the quality of local governments' digital transparency? Evidence from the Brazilian case. **Opinião Pública**, v. 28, p. 857-884, 2023.

HOLLYER, J. R.; ROSENDORFF, B. P.; VREELAND, J. R. Measuring transparency. **Political Analysis**, v. 22, n. 4, p. 413-434, 2014.

KEUNECKE, L. P.; TELES, J.; MELO, P. A. Práticas de accountability: transparência e prestação de contas nas instituições públicas de ensino superior da região sul do Brasil. **Revista GUAL**, v. 13, n. 3, p. 98-118, 2020.

LOTKA, A. J. The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington Academy of Sciences**, v. 16, n. 12, p. 317-323, 1926.

MACIEL, C. S. F. S. Governança digital e transparência pública: avanços, desafios e oportunidades. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, e5240, 2020.

MEDEIROS, S. A.; MAGALHÃES, R.; PEREIRA, J. R. Lei de acesso à informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Informação & Informação**, v. 19, n. 1, p. 55-75, 2013.

MENDIETA, M. V. Transparencia y valor de la transparencia: marco conceptual. In: ASENSIO, R. J.; ÁLVAREZ, J. L.; MENDIETA, M. V. **La Transparencia en los Gobiernos Locales: una apuesta de futuro**. Madrid: [s. n.], 2012. p. 7-27.

MORAIS, E. B.; SOUSA BONFIM, W. L. Transparência pública brasileira: desenvolvimento da accountability e efetivação do Estado de Direito. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, n. 47, 2016.

PRECINOTTO, A.; AQUINO, A. C. B. D.; DIAS, L. N. S. Paradoxos na divulgação de salários de servidores em municípios. **Revista de Administração Pública**, v. 56, p. 191-207, 2022.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics. *Journal of Documentation*, v. 25, p. 348, 1969. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236031787_Statistical_Bibliography_or_Bibliometrics. Acesso em: 12 jun. 2022.

RAMOS, A. J.; MENDES, F. W.; SILVA ANJO, J. E. Transparência local: implicações da Lei de Acesso à Informação nos municípios da Região do Vale do Guaribas. **Revista Expectativa**, v. 21, n. 4, p. 1-22, [s.d.].

RECKZIEGEL, E. C.; MELO ALVES, C. A.; DIAS, C. N.; ALBANO, C. S. Análise dos níveis de abertura dos dados abertos governamentais: um estudo em instituições de

educação superior federais no Brasil. **Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, n. E54, p. 436-450, 2022.

REIS, A. D. O.; FERREIRA, M. A. M.; FERREIRA, M. A. S. Análise dos fatores determinantes da transparência orçamentária pública em nível nacional. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 15., São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 2015.

RIBEIRO, R. J. *A democracia*. São Paulo: [s.n.], 2001.

ROSA, T. C.; CABERO, M. M. M. Transparência pública: legislações de acesso à informação brasileira e espanhola. **Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas**, p. 72-93, 2019.

FRANÇA, H.; SANTOS, M. D. G. A criação de uma checklist de requisitos de usabilidade em paralelo à Lei de Acesso à Informação do Brasil como ferramenta de análise de portais de transparência. **Archeion Online**, v. 7, n. 1, p. 104-119, 2019.

SILVA, A. G. Informação legislativa ao alcance do cidadão: contribuição dos sistemas de organização do conhecimento. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, W. A. O.; BRUNI, A. L. Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 415-431, 2019.

SILVEIRA, P. A.; SILVA, R. L. A implementação da Lei de Acesso à Informação Pública no Brasil e a cultura do sigilo: análise dos portais do Poder Executivo Federal. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 65, n. 3, p. 85-114, 2021.

TAVARES, A. A.; BITENCOURT, C. M.; SILVA CRISTÓVAM, J. S. A Lei do Governo Digital no Brasil: análise das contribuições à transparência pública e à concretização do exercício do controle social. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 26, n. 3, p. 788-813, 2021.

TELES, J. A. C.; SANTANA, D. M. R.; CARVALHO, K. M.; SILVA, R. S. Mensurando a transparência governamental das contratações emergenciais para o combate da Covid-19 em Sergipe: contribuição para o controle da gestão pública. **Scientia Plena**, v. 18, n. 10, 2022.

VERDASCA, S.; RANIERI, V. E. L. Benefícios e barreiras da transparência pública nos dados do Cadastro Ambiental Rural. **Ambiente & Sociedade**, v. 24, 2021.

VIEIRA, M. A.; ÁVILA, L. A. C. Nível da transparência pública e as características socioeconômicas dos municípios brasileiros. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 11, n. 3, 2020.

MIRANDA, W. V.; ZAGANELLI, J. C. Marco Civil da Internet e política pública de transparência: uma análise da e-democracia e do compliance público. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 3, p. 633-646, 2017.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. Gestão social, democracia, representação e transparência: evidências nos estados brasileiros. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, p. 79-90, 2015.